



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS ANANINDEUA  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA AGRÁRIA DA AMAZÔNIA CONTEMPORÂNEA

CARLA JOELMA DE OLIVEIRA LOPES

**MULHERES EM SEGREDO E O SEGREDO DAS MULHERES:**  
invisibilidade e resistência em um quilombo contemporâneo da Amazônia

ANANINDEUA-PA  
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS ANANINDEUA  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA AGRÁRIA DA AMAZÔNIA CONTEMPORÂNEA

CARLA JOELMA DE OLIVEIRA LOPES

**MULHERES EM SEGREDO E O SEGREDO DAS MULHERES:**  
invisibilidade e resistência em um quilombo contemporâneo da Amazônia

Artigo apresentado à Faculdade de História da Universidade Federal do Pará/Campus Ananindeua, sob orientação da Prof.º Dr.º Francivaldo Alves Nunes, como requisito à obtenção do título de Especialista em História Agrária da Amazônia Contemporânea.

ANANINDEUA-PA  
2018

CARLA JOELMA DE OLIVEIRA LOPES

**MULHERES EM SEGREDO E O SEGREDO DAS MULHERES:**  
invisibilidade e resistência em um quilombo contemporâneo da Amazônia

Artigo apresentado à Faculdade de História da  
Universidade Federal do Pará/Campus Ananindeua  
como requisito à obtenção do título de Especialista  
em História Agrária da Amazônia Contemporânea.

Aprovada em: 17/12/2018

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof.º Dr.º. Francivaldo Alves Nunes  
UFPA/Campus Ananindeua

---

Banca: Prof.ª. Dr.ª. Anna Maria Alves Linhares  
Examinador Interno /UFPA/Campus Ananindeua

---

Banca: Prof.ª. Dr.ª. Eliana Ramos Ferreira  
Examinador Interno /UFPA/Campus Ananindeua

## AGRADECIMENTOS

Agradecer não é uma tarefa fácil. Não que faltem motivos, ou pessoas, ou dádivas, mas é que são tantos e tantas que é difícil imaginar por onde começar. Eis um trabalho que considero, contraditoriamente, ingrato. Haverá sempre alguém que não pude contemplar aqui, mas, se assim ocorrer, peço perdão antecipado. Meu desejo é de abraçar a todas e todos com meu coração!

Mas preciso começar pelas mulheres. As mulheres têm trazido pra mim uma medida de força, de exemplo, de atitude e de sabedoria que nenhum outro ser na terra consegue igualar.

Agradeço a minha mãe, Vera Lúcia, pela vida. Não fosse seu ventre que me abrigou por nove meses, sua dedicação, seu empenho em ser boa mãe, suas lições cotidianas e ditados populares que embalaram minha infância, adolescência e juventude, não estaria eu aqui, aos 49 anos celebrando mais um momento formativo. Ela é a grande inspiradora de tudo isso. Veio do Nordeste essa mulher e viva o Nordeste!

Agradeço a minha filha Daniela. Sua simples existência já me levou a ressignificar tudo que havia aprendido até então. A vida se partiu ao meio. Antes. Depois. Não sei se o cordão umbilical ou a enorme admiração que ela me provocou ao longo da vida, mas tudo me liga a ela. Minha menina me ensinou que coragem é coisa de mulher e que amor é coisa de gente. Lindo exemplo essa pequena me tem dado!

A todas as outras mulheres que estão de alguma forma em mim, no que me transformei ao longo do tempo: minhas avós, Alice e Francisca, minha sogra, Rosayde, cunhadas, primas, amigas, professoras, alunas, todas são fontes de inspiração. Todas em alguma medida partilham os seus segredos, mistérios, saberes, fazeres de mulheres.

E, sobretudo, às mulheres de Araquembaua. Elas são as protagonistas deste processo de pesquisa. Coautoras no fundamento empírico e na construção passo a passo deste trabalho que é, fundamentalmente, expressão coletiva.

Mas não apenas elas me apóiam e inspiram. Estaria sendo ingrata!

Devo ao meu pai, Domingos, quilombola de Araquembaua (Baião - PA), aprendizados imensuráveis, exemplos a seguir, modelos para o devir.

Ao meu marido, Arion, metade de tudo que construí, sem seu apoio não teria conseguido, tenho certeza. Sua crítica e sagacidade me ensinam a ver melhor a vida!

Ao meu filho caçula, Pedro Henrique, a doçura desses dias de luta.

Ao GECAM e GDEA, nossos debates e reflexões foram fundamentais para a construção teórica deste trabalho.

E, finalmente, ao Prof.º Dr.º Francivaldo Alves Nunes pela orientação nesta especialização, dedicação e compartilhamento de tantos conhecimentos.

**MULHERES EM SEGREDO E O SEGREDO DAS MULHERES:**  
invisibilidade e resistência em um quilombo contemporâneo da Amazônia<sup>1</sup>

Carla Joelma de Oliveira LOPES<sup>2</sup>

## RESUMO

As mudanças nos marcos legais brasileiros, em especial a adoção do ADCT de 1988, impulsionaram diversas comunidades quilombolas a procurarem a regularização fundiária de suas terras. O processo, no entanto, foi marcado por intensas disputas. As lutas e mobilizações pela seguridade territorial dos povos quilombolas foram acompanhadas de retaliações por parte do poder público e do capital privado, visto que, o interesse alienígena nas terras da Amazônia remonta o final da década de 1960 através da entrada dos Grandes Projetos e se estende aos dias atuais. Nesse cenário, destacam-se as lideranças femininas dos quilombos que tem dado mostras de sua força política. É o caso de Araquembaua em Baião - PA. As mulheres quilombolas desta comunidade têm sido protagonistas de movimentos de enfrentamento que vem marcando a trajetória local, contraditoriamente, porém, também tem sido invisibilizadas. O objetivo geral da pesquisa é o de analisar a agência política dessas mulheres face às investidas dos Grandes Empreendimentos sobre seu território. Para tanto, procuramos no cotidiano do lugar e na literatura historiográfica, pistas sobre essa realidade. Os resultados indicam que a atuação das mulheres no processo, fez com que o movimento de luta e resistência socioterritorial do quilombo de Araquembaua fosse diferenciado.

**Palavras-chave:** Mulheres quilombolas. Agência Política. Resistência socioterritorial. Amazônia.

## ABSTRACT

The changes in Brazilian legal frameworks, especially the adoption of the 1988 ADCT, encouraged several quilombola communities to seek land regularization, but the process was marked by intense disputes. The struggles and mobilizations for the territorial security of the quilombola people were accompanied by retaliation by the public power and the private capital, since the alien interest in the lands of the Amazon goes back to the end of the decade of 1960 through the entrance of the Great Projects and extends to the present day. In this scenario, the women leaders of the quilombos who have shown their political strength stand out. This is the case of Araquembaua in Baião - PA. The quilombola women in this community have been protagonists of coping movements that have been marking the local trajectory, contradictorily, however, have also been invisibilized. The general objective of the research is to analyze the political agency of these women against the invested of the Great

---

1A pesquisa que deu origem a este texto foi iniciada no ano de 2015, por ocasião da construção da dissertação de mestrado intitulada 'O território quilombola de Araquembaua, Baião – PA, realizada no PPGeo/Ufpa. Muito embora, o objeto de investigação na ocasião fosse outro, o cotidiano da atividade de campo revelou 'saberes', memórias e segredos do lugar que apenas agora pude tratar. Apresento aqui alguns fragmentos da pesquisa inicial que considero importantes para situar o campo de investigação, contudo, as informações foram atualizadas para dar conta das especificidades deste trabalho.

2Acadêmica de Especialização em História Agrária da Amazônia Contemporânea. UFPA/ Campus Ananindeua. E-mail: carlajoelma@gmail.com

Enterprises on their territory. For this, we look for clues about this reality in the daily life of the place and in the historiographical literature. The results indicate that the women's participation in the process made the movement for the socio-territorial resistance and resistance of the quilombo of Araquembaua to be differentiated.

**Keywords:** Quilombola women. Political Agency. Socio-territorial resistance. Amazonia.

## 1 INTRODUÇÃO

A Operação Amazônia (1966) inaugura um novo tempo nas dinâmicas socioterritoriais da região amazônica. A partir dela, o governo brasileiro define várias ações pautadas em distintos paradigmas de desenvolvimento onde o lugar é exibido como conjunto de possibilidades para a reprodução do capital. Predomina a representação da Amazônia como vazio demográfico, espaço ávido por investidores e investimentos. Na formação discursiva, a ideia de vazio demográfico, como afirma Nahum (2017, p. 9), “[...] associa-se à de natureza enquanto fonte de recursos do solo, subsolo, rios, fauna, e flora que deveriam ser aproveitados gerando emprego, renda e inclusão social”.

Na Amazônia Oriental, em particular, a intervenção estatal incidiu diretamente sobre as formas camponesas de apropriação e uso da terra (MAGALHÃES *et al*, 2012). Constituíram-se novos vetores delineadores do desenvolvimento local, projetos agropecuários, minerais, rodoviários, hidroelétricos, entre outros, que aportaram no lugar como donos incontestes do presente e do futuro. Assim, as ações e políticas públicas destinadas ao território produziram mudanças sociais e ambientais significativas evocando processos de desterritorialização e reterritorialização das populações nativas.

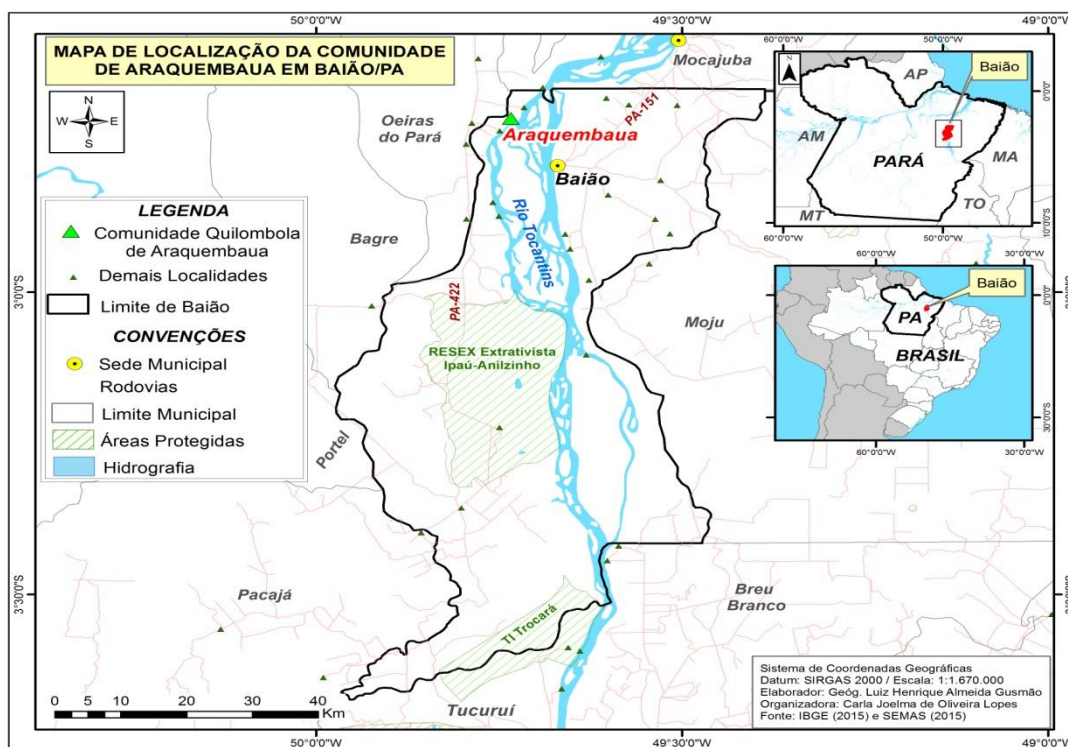
Configura-se, desse modo, o conflito entre o grande capital e os povos camponeses. Na contramão da condução política excludente, articulam-se os movimentos de resistência socioterritorial. A luta territorial que é, fundamentalmente, pelo direito ao uso da terra, garantia de reprodução dos modos de vida dos grupos assentados tradicionalmente na Amazônia, se adensa, sobretudo entre os povos quilombolas.

Em 1988, por ocasião da promulgação da Constituição Federal (CF) brasileira, as comunidades quilombolas da Amazônia garantem uma vitória importante na batalha territorial. O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) estabelece que aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Ao mesmo tempo, o artigo 215 da CF afirma que o Estado garantirá o exercício

dos direitos culturais e protegerá as manifestações das culturas populares indígenas e afro-brasileiras, enquanto que o artigo 216 garante que ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas entre os quilombos (BRASIL, 1988). Essas mudanças nos marcos legais impulsionaram diversas comunidades quilombolas a procurarem a regularização fundiária de suas terras.

Destaca-se nesse cenário a comunidade quilombola de Araquembaua, integrante da Associação de Remanescentes de Quilombos de Igarapé Preto a Baixinha – ARQIB. A comunidade fica localizada no município de Baião (PA) (ver Mapa 1), situada na margem esquerda do rio Tocantins, fazendo limite com o município de Oeiras do Pará e Cametá.

**Mapa 1** – Mapa de localização da comunidade de Araquembaua em Baião - PA



**Fonte** - IBGE (2015); SEMAS (2015) - Organizado pela autora

Araquembaua recebeu o título de território quilombola em 2002, processo iniciado em conjunto com outras 25 comunidades rurais locais desde o ano 2000. A ameaça da posse sobre o uso, o avanço do agronegócio e dos grandes projetos, materializaram tensões territoriais que demandavam respostas contundentes. A terra reclamada foi titulada como quilombola representando uma importante estratégia territorial da comunidade.

Nosso interesse, contudo, volta-se para a agência política feminina que tanto se destacou nas lutas coletivas de Araquembaua evidenciando, a partir das lentes do lugar, o protagonismo das mulheres quilombolas da Amazônia. Não somente na luta pelo direito a

terra, mas, sobretudo, contra as violações dos direitos humanos, pelo direito a vida e reprodução da existência, viu-se a mulher quilombola em ação.

As mulheres quilombolas da comunidade têm sido protagonistas de movimentos de enfrentamento que vem marcando a trajetória local, contraditoriamente, porém, tem sido invisibilizadas ao longo do tempo, mantidas em segredo. Assim, o objetivo geral da pesquisa é: Analisar a agência política dessas mulheres face às investidas dos Grandes Empreendimentos sobre seu território, dando relevo a sua atuação e militância.

Parte-se do pressuposto de que a atuação das mulheres no processo de lutas coletivas em prol da titulação quilombola, da preservação do modo de vida, do direito a vida e ao território, fez/faz com que o movimento de luta socioterritorial ganhe especificidades relativas a essa condição/participação. Para tanto, como metodologia de pesquisa, procuramos no cotidiano do lugar, nos relatos das moradoras e na literatura historiográfica, pistas sobre essa realidade.

Nosso recorte temporal se estende desde os últimos anos da década de 1960, momento em que o interesse alienígena nas terras da Amazônia suscita grandes reordenamentos territoriais e mobiliza movimentos de resistência socioterritorial, em grande medida, conduzidos por mulheres, até os anos atuais, período marcado por novas mediações tecnológicas e representações sociais que incidem diretamente no território de Araquembaua produzindo um conjunto de mudanças espaciais, sociais e históricas.

O artigo está dividido em três partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte denominada “*Mulheres em segredo*”, procuramos fazer uma visita ao campo reflexivo. O esforço segue no sentido de pensar a agência feminina a partir das lentes de outras histórias contadas, de homens e mulheres que se arriscam a tentar entender as dinâmicas dos quilombos da região e das quilombolas que neles habitam e militam. O capítulo materializa um esforço de andar na contramão da historiografia oficial dando mais visibilidade a produções historiográficas que discutam o universo feminino quilombola.

A segunda parte, chamada de “*Araquembaua: origem, memórias e trajetórias*” procura apresentar as especificidades de Araquembaua. Mostrar o cotidiano do lugar, a forma como os grupos reproduzem sua condição de existência, a relação com o rio, com a floresta e com a natureza que é palco, produto e condição da vida. Tratamos aqui da esquizofrenia espacial provocada pela chegada dos grandes empreendimentos. Discutimos o processo de desterritorialização e reterritorialização resultantes dos encontros e desencontros entre camponeses e quilombolas. E destacamos as formas de resistência que despontaram na

comunidade e que resultaram na titulação do território quilombola como garantia do domínio territorial.

A terceira e última parte intitulada “*O segredo das mulheres*” objetiva apresentar o comportamento histórico da comunidade de Araquembaua sobre o ponto de vista da atuação das mulheres, tratar os conflitos internos da comunidade a partir do protagonismo feminino e demonstrar como a atuação das mulheres nas lutas socioterritoriais tornou o processo diferenciado.

## 2 MULHERES EM SEGREDO

A invisibilidade histórica reservada aos povos negros no Brasil se agrava quando o olhar científico se volta para a Amazônia. Retratada como reduto exclusivamente indígena, o negro foi silenciado e ignorado na produção historiográfica amazônica. É relativamente recente o movimento que tenta reverter esse quadro e tratar com mais detalhamento e imparcialidade a realidade da formação rural da Amazônia.

Muito embora tenha sido precedido por outros autores e trabalhos (PINTO, 2009), Vicente Salles tornou-se uma referência de investigação historiográfica para aqueles que se interessam em investigar a presença negra no Pará no período da escravidão. No livro *O negro no Pará: sob o regime da escravidão* (1971), o autor revela nas entrelinhas de sua pesquisa, a história de mulheres que estiveram excluídas da historiografia oficial por serem mulheres, por serem negras e por serem escravas. Vejamos um exemplo:

[...] esse mocambo já era conhecido no século XVIII e foi localizado quando as autoridades coloniais tentavam construir na região de Alcobaça um fortim. Contava então com mais de 300 indivíduos e era dirigido por uma mulher: Felipa Maria Aranha [...] Foi do conhecimento e da posição vantajosa do Mocambo, hoje chamado Alcobaça, que os pretos se aglomeravam em torno da destemida mulher negra que a história guarda com simpatia sob o nome de Felipa Maria Aranha (SALLES, 1971, p.230-231).

Felipa Maria Aranha, tal qual Aqualtune<sup>3</sup>, Dandara dos Palmares<sup>4</sup>, Luiza Mahin<sup>5</sup> e Tereza de Benguela<sup>6</sup>, só pra citar algumas das mais importantes representantes das lutas

---

3Aqualtune foi uma princesa do Congo, no século XVI. Liderou 10 mil pessoas durante uma invasão contra seu reino, entretanto, a resistência não foi capaz de frear os angolanos e os interesses portugueses. Ao fim da guerra seu pai foi decapitado e ela foi capturada e vendida a senhores de escravos no Brasil. Ao ouvir falar da resistência negra no Brasil, constituída em quilombos, Aqualtune não perdeu tempo e junto de outros escravos lutou pela liberdade e fugiu da fazenda em que estava aprisionada. Rapidamente tornou-se liderança entre os quilombolas. Liderou o maior quilombo da história brasileira. Seu neto, Zumbi dos Palmares, é até hoje lembrado como herói do povo negro.

empreendidas por mulheres quilombolas na história nacional, talvez não tenha sido o foco do interesse investigativo de Vicente Salles, muito mais preocupado em demonstrar que a presença negra na Amazônia não foi pouco expressiva, nem pouco marcante, como alguns defendiam. As fontes que utilizou, porém, não conseguiram esconder a agência feminina ainda no período colonial, nem ocultaram a capacidade de organização e liderança política da mulher quilombola.

Rosa Acevedo Marin refletindo sobre o trabalho escravo e trabalho feminino no Pará (1987), alertava para o fato de que as especificidades do regime colonial acabavam por impor na Amazônia uma nova configuração para o mundo do trabalho. Nela, mulheres viúvas, separadas, abandonadas, concubinas, escravas ou forras, se viam envolvidas na trama das relações de produção, pois a necessidade de sustentar a si mesmas e as suas famílias tornava-se um imperativo que desafiava a lógica patriarcal da organização da sociedade vigente.

Em pesquisa posterior Eliana Ferreira realizou um estudo sobre cidades e mulheres no Pará imperial oitocentista (1999). Seu trabalho denuncia a existência de um conjunto de experiências e vivências que se diferenciavam a partir dos extratos sociais que as mulheres oitocentistas ocupavam. As mais pobres e, sobretudo, as negras escravas ou forras, circulavam com relativa fluidez na cidade e no campo, dada a lógica do sistema escravista que permitia essa mobilidade e que empurrava para o mundo do trabalho, sem distinção sexual, todos os que de alguma forma gerassem lucro. Assim como Marin (1987), a autora apresenta a figura da mulata paraense, mulher que circulava nos espaços públicos e privados ocupando postos de venda e de trabalho doméstico para garantir a sobrevivência, sua e dos seus.

Ferreira (2003) destaca, ainda, em análise sobre o papel da mulher na Cabanagem (1835-1840), que durante a revolução cabana, muitas mulheres ofereciam alimentação e abrigo aos combatentes. Ficavam responsáveis pela produção do alimento e pela administração do que era necessário à sobrevivência familiar. Algumas estiveram no *front* de batalha para levar armas e munições aos companheiros. Mas, especialmente as mais pobres

---

4Dandara dos Palmares foi esposa de Zumbi dos Palmares, um dos principais líderes quilombolas do Brasil Escravocrata. Era uma guerreira e liderou homens e mulheres contra a dominação escrava.

5Luiza Mahin foi uma escrava africana que desempenhou importante papel nas lutas de escravos que ocorreram na Bahia durante o século XIX, a saber, a Revolta dos Malês (1835) e a Sabinada (1837-1838).

6Teresa de Benguela foi uma líder quilombola que viveu no atual estado de Mato Grosso, no Brasil, durante o século XVIII. Foi esposa de José Piolho, que chefiava o Quilombo do Piolho ou do Quariterê, entre o rio Guaporé. Com a morte de José Piolho, Teresa se tornou a rainha do quilombo, e, sob sua liderança, a comunidade negra e indígena resistiu à escravidão por duas décadas.

que, em geral, eram negras ou mestiças. As ricas, ao contrário, sofriam a interdição típica do modelo tradicional patriarcal.

Esses estudos trazem como mérito, entre outros, a perspectiva de dar visibilidade ao papel da mulher na Amazônia, exibindo sua agência política e atuação no espaço público, em particular, no mundo do trabalho. Somam-se a eles as pesquisas de Benedita Celeste Pinto (2001; 2002; 2004; 2009; 2015) que destacam a importância feminina na formação e liderança das comunidades negras rurais.

Pinto (2009) relata que o contingente de africanos trazidos para a Amazônia já era relativamente expressivo no século XIX. As peças africanas vinham destinadas, principalmente, ao trabalho na lavoura, e foram distribuídas entre os municípios de Belém, Moju, Igarapé-Miri, Cametá, Mocajuba e Baião. Em todos esses lugares rapidamente formaram-se núcleos de resistência à escravidão. Segundo a autora:

[...] fugas, levantes escravos e deserção originaram vários redutos de aquilombados ou mocambeiros na região do Tocantins. Ainda hoje, permanecem nesta região vestígios de antigos quilombos ou mocambos, cujas histórias estão sendo reconstituídas a partir da evocação da memória e do exercício das lembranças de descendentes que vivem nos povoados remanescentes e do cruzamento de notas de jornais e da documentação oficial escrita da época. Alguns destes redutos negros foram destruídos, outros jamais foram descobertos (PINTO, 2004. p. 43).

É no município de Cametá que se localiza o quilombo do Mola ou Itapocu, cuja origem remonta a segunda metade do século XVIII. Pinto (2009), afirma que a memória oral dos moradores e os registros historiográficos indicam que ele chegou a ser composto por mais de 300 pessoas lideradas por Felipa Maria Aranha, a mesma que Vicente Salles (1971) ‘descobriu’ nos documentos pesquisados ao tratar sobre o regime de escravidão no Pará. Do ponto de vista da resistência negra esse quilombo foi extremamente importante na época, visto que, dele se originaram outros quilombos no próprio município e nos municípios de Mocajuba e Baião.

A memória, como afirma Pinto (2009, p. 8), “[...] tem sido a maior aliada na realização dos estudos desses antigos quilombos, que acaba vindo à tona, através das falas multifacetadas de velhas e velhos, os guardiões da Memória”. É na fala dessas pessoas que se encontram as maiores pistas para a compreensão do papel da mulher negra no quilombo, que se percebe a forma como conjuntamente com seus pares, organizou mecanismos de resistência em torno da manutenção da família, da preservação de saberes ancestrais relativos à cura, ao manejo de ervas e aos cuidados espirituais. É na memória oral que brota a visibilidade da liderança feminina nos quilombos. Felipa Maria Aranha, por exemplo, é retratada como:

[...] a grande mãe, sábia e líder, que além de ditar as regras administrativas do quilombo, também dominava os segredos das matas, rios e igarapés, com os quais compunha suas rezas, evocava os espíritos e produzia as beberagens de folhas, raízes, cascas, seivas, banhas ou parte de animais para utilizá-las por ocasião das benzeções, curas e partos (PINTO, 2009, p. 10).

Não bastasse sua presença marcante e agência política incontestada, Felipa ao morrer, deixa como sucessora sua filha, Maria Luiza Piriá (PINTO, 2001). Maria Luiza é considerada como a criadora da dança do Bambaê do Rosário, expressão cultural que homenageia Nossa Senhora do Rosário e que acontece na Vila de Juaba, Cametá - PA. Segundo os moradores, o quilombo do Mola sobreviveu por mais de 300 anos sem ameaças legais efetivas, muito embora, os documentos da época revelassem certo esforço por parte das autoridades oficiais para contê-lo (PINTO, 2009).

No município de Baião, destacam-se os nomes de “[...] Leonor, Virgilina, Francisca, Maximiana e tantas outras, que ao se embrenharem na mata, tiveram participação ativa na constituição do antigo quilombo de Paxibal” (PINTO, 2009, p. 11). Eram parteiras, benzedoras, curandeiras, mulheres trabalhadoras que cuidavam da saúde da família e da reprodução material do grupo, garantindo através da coleta e da pesca a alimentação necessária para seus familiares. Tornaram-se símbolos de força, resistência e sabedoria, mulheres que eram ‘diferentes’, que se destacavam pela sua luta e capacidade de organizar a vida coletiva. De acordo com a autora:

Desde a formação dos antigos quilombos na região, parteiras, curandeiras e benzedoras vêm desempenhando múltiplos papéis, como chefes de famílias, organizadoras e condutoras de rituais religiosos, líderes fundadoras de povoados. Realizam muitos tipos de trabalho, alguns deles nem sempre considerados como tarefas femininas em outras sociedades e culturas. Além de cuidar dos filhos, cozinhar, varrer, lavar vasilhas e roupas, capinar, arrancar mandioca, carregar, pôr de molho, descascar, ralar, cortar lenha, espremer, amassar, socar, coar e torrar a farinha de mandioca, vistoriam a preparação de uma nova roça, caçam, pescam, constroem suas casas. Partejar, benzer e curar faz parte da missão que lhe foi dada por Deus – a vontade divina tem de ser acatada, mas não as isenta da labuta diária (PINTO, 2002, p. 442).

Assumem, assim, múltiplos papéis e funções no cotidiano coletivo, expressando um protagonismo cheio de especificidades, onde ser mulher, ser mãe, ser parteira, ser benzedora, ser provedora e ser líder, materializam funções que coexistem e que constituem um conjunto de experiências comuns dentro das comunidades rurais negras. De fato, elas representam “[...] mulheres fortes, destemidas, independentes e valentes lutadoras, capazes de ultrapassar a chefia doméstica, onde são, na maioria dos casos, as principais provedoras da família” (PINTO, 2002, p. 442).

Mas, se a história das comunidades quilombolas na Amazônia está tão entrelaçada à agência política das mulheres, por que apenas recentemente se percebe um movimento no sentido de resgatá-las? Por que suas vidas e práticas permaneceram por tanto tempo em segredo?

Mariane D'Oliveira e Carla Tavares (2011) afirmam que a invisibilidade histórica relegada às mulheres é proposital. Impedir que a figura da mulher seja representada como sujeito histórico, como ser operante e integrado ao processo histórico e a construção do imaginário social, nada mais significa do que a manutenção da ordem masculina na produção historiográfica, fenômeno reforçado no âmbito das relações sociais e que manteve a mulher invisibilizada e marginalizada ao longo do tempo. As autoras afirmam, ainda, que essa invisibilidade foi herdada enquanto representação social e que se manteve ativa através das práticas tradicionais e conservadoras que reservaram à mulher o papel exclusivo de submissão.

Antonio Tedeschi (2007), em reflexão semelhante, denuncia o fato de que a produção historiográfica brasileira tem sido marcada pelo patriarcalismo, androcentrismo e machismo e que, muito embora, a mulher não estivesse apartada de fato do cotidiano histórico, ela foi silenciada, ignorada. Assim, a invisibilidade historiográfica das mulheres evidencia sintomas, entre os guardiões da memória, de ranços de práticas e mentalidades excludentes demonstrando que as relações de gênero presentes no pensamento científico, reforçaram relações de poder desiguais e injustas.

Fani Tabak (1983) afirma que no imaginário social da Amazônia colonial, por exemplo, a mulher ocupou preferencialmente o espaço privado. A negação de seu papel histórico está atrelada, em medida equivalente, a construção de uma representação onde a ela ficou reservado o exercício da maternidade e da conservação e reprodução de valores sociais e morais masculinos. Contudo, segundo a autora, a documentação da época apresentava indícios, ainda que timidamente, de que as mulheres afetaram e foram afetadas por relações sociais e representações vigentes em seu meio.

Giselle Santos (2016) procurando compreender como a ciência moderna invisibiliza os saberes de determinados grupos considerados como minorias, em especial as mulheres, denuncia a aproximação entre racialização e opressão de gênero na produção científica. Segundo a autora, “[...]. Assim como o sexismo epistêmico, o racismo epistêmico se constituiu historicamente enquanto um mecanismo de poder que objetiva o extermínio material e simbólico dos outros” (SANTOS, 2016, p. 11).

Segundo a autora, o racismo epistêmico e o sexismo epistêmico partilham a mesma base, são oriundos de relações construídas por um único grupo no poder, grupo legitimado como voz da autoridade e da verdade, pautado em paradigmas de neutralidade e objetividade onde os *outros* são silenciados e negados. Assim, na historiografia oficial, dois grupos são recorrentemente excluídos, os negros e as negras, com desvantagens consideráveis para as negras.

Linhares (2017) tratando sobre o tema da violência contra a mulher revela dados assustadores. Segundo a pesquisadora, há um fenômeno construído social e historicamente que coloca a mulher, sobretudo, a negra em situação de extrema vulnerabilidade. Elas são o alvo da misoginia, do sexismo, do machismo e do patriarcado do homem contemporâneo. As estatísticas apontam para o intenso grau de violência de gênero que persiste em nossa sociedade, espaço onde mulheres são agredidas apenas por serem mulheres.

As reflexões de Linhares (2017) nos remetem ao sexismo epistêmico e ao racismo epistêmico tratado por Giselle Santos (2016). Ambas, em suas investigações, denunciam a persistência da violência, do machismo, do androcentrismo, do sexismo e do patriarcado seja no cotidiano da existência, seja na produção científica.

Daniela Senna (2018), em direção semelhante, afirma que as relações de gênero construídas ao longo do tempo no Brasil produziram e reforçaram relações de poder desiguais que se materializam na produção historiográfica oficial. De acordo com a autora:

Recai ainda sobre a mulher negra o silêncio das fontes. A historiografia ocultou, na maioria das vezes, as ações femininas de maior relevância restringindo-se a citar alguns fatos mais simples e a colocar as mulheres, em geral e, em particular, as negras, em lugar de subordinação, ou seja, sempre na retaguarda dos homens ou esperando por eles (SENNA, 2018. p. 7).

Essa condição construída social e historicamente talvez ajude a explicar os motivos que mantém as mulheres em segredo. Talvez revele pistas de caminhos possíveis de serem seguidos no processo de enfrentamento e desvelamento das trajetórias históricas experienciadas por tantas mulheres ao longo do tempo. O processo de reflexão investigativo sobre o tema, contudo, revela que há um movimento em curso, que as mulheres estão produzindo suas próprias histórias, construindo outras narrativas, reconhecendo-se e insubordinando-se.

Na Amazônia, a produção historiográfica tem dado saltos qualitativos significativos. Pesquisadoras e pesquisadores têm procurado cada vez mais intensamente entender o silêncio das fontes, decifrar as lacunas, compreender as opacidades. O silenciamento da mulher negra não é um fenômeno desprezível, ocultar, negar, apagar são perspectivas preclusivas de

intencionalidades. Todas excludentes. Faz-se necessário, portanto, construir outras histórias. As lentes de Araquembaua, nosso objeto de investigação, acreditamos, podem ajudar a consolidar essa conquista.

### 3 ARAQUEMBAUA: ORIGEM, MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS

*Oh! Que saudade da minha infância,  
do chão onde nasci,  
da brincadeira de pião,  
da peteca de barro, do caroço de mucajá e de tucumã,  
da bola de fofo de bananeira,  
do tempo que não volta mais.*

*Oh! Que saudade da minha infância,  
do chão onde nasci.  
Lá eu aprendi a respeitar a natureza,  
os ensinamentos dos maisvelhos,  
o Pai Nosso e a Ave Maria, a benção da prima Coló,  
ai, sinto saudades demais!*

*Oh! Que saudade da minha infância,  
do chão onde nasci.  
Do lugar onde tudo aprendi.  
Araquembaua é rede, é água morna na pele,  
é sentimento com gosto de manga  
é amor que compele,  
foi lá que meu pai e minha mãe me mostraram o norte a seguir  
de lá, nunca devia sair.*

(O chão onde nasci – Domingos Lopes)

Araquembaua ou Vila de Araquembaua, como ficou conhecida ao longo do tempo, é uma pequena comunidade rural composta atualmente por 160 famílias. A proximidade geográfica com o rio Tocantins marcou o ritmo da vida, da produção e das relações sociais.

Terra e água se misturam constituindo uma força endógena indutora das práticas sociais e dos traçados históricos. A relação com o rio-mar é fundante.

Nunes recorda que o rio “[...] recebeu o nome de Tocantins, ao que parece, em referência a uma tribo indígena moradora de suas margens, da qual não se conservaram registros” (NUNES, 2018, p. 13). O autor relata que evidências históricas, contudo, indicam que a região do Tocantins ao Norte na confluência com o rio Pará foi habitada por variados grupos indígenas, entre eles, os Tucanos, Tocanos, Tocantins, Tacanhunas, Tacamedus e Tacandiras. O nome do rio está ligado, ainda, a uma lenda sobre uma lagoa dourada, localizada em terras encantadas cobertas de ouro.

Não se sabe ao certo se algum desses grupos indígenas viveu onde hoje se encontra a vila de Araquembaua. Porém:

Entre os mais velhos ouve-se falar que no território havia uma tribo indígena muito pequena que tinha como cacique um homem chamado *Araquem*, companheiro de uma mulher conhecida como *Baua*, os dois habitavam e lideravam o lugar. O mito de origem colaborou para que os moradores tomassem a decisão de juntar os nomes dos antigos líderes indígenas como homenagem aos dois, o resultado foi *Araquembaua* (LOPES, 2017, p. 37).

A narrativa local é confirmada pelo percurso investigativo. De acordo com Marin e Castro (1999, p. 91), “Baião provavelmente vem de um antigo aldeamento, tornando-se um Lugar de Índio que, como os demais no vale do Tocantins, sofre um decréscimo de população até o início do Diretório dos Índios em 1758”.

Todavia, em entrevista com a moradora Celeste Pimentel Coelho Viana, surge um novo elemento que indica a composição étnica original da comunidade:

Meu bisavô era descendente de escravos, seu nome era Boaventura, mas as pessoas daqui o chamavam de Velho Ventura. Ele faleceu com 112 anos e sempre contava a história de sua chegada aos mais jovens. Ele conta que veio de Minas Gerais ainda criança, depois foi pra Marabá, Mocajuba e Igarapé Preto, até chegar a Araquembaua. Segundo ele, naquela época quase não tinha ninguém na comunidade, mas mesmo assim, dava pra morar perto do rio, o terreno era alto e de difícil acesso, mas tinha um problema com os índios que moravam aqui perto. Eles não queriam estranhos e toda vez que sabiam que tinha alguém tentado ocupar anunciavam uma guerra, vinham cantando e gritando, aí o povo corria pros casquinhos e ia pro meio do rio. De lá, eles viam as flechas que os índios jogavam. Tinham medo, mas acabam voltando por que, contudo, era mais seguro morar aqui do que em outro lugar, onde podiam voltar a serem escravos. Depois de um tempo os índios foram desaparecendo e quem ficou foi meu bisavô e sua mulher (Trabalho de Campo - Entrevista realizada em 09.09.2016).

Assim, a história de Araquembaua está atada a um passado que envolve indígenas e escravos fugidos, passado marcado por disputas territoriais e por mecanismos de salvaguarda da existência. A trajetória do Velho Ventura, descrita na narrativa de dona Celeste, foi

relativamente comum no Baixo Tocantins. Pinto (2015) rememora em seus estudos que os quilombolas que se refugiaram no Quilombo do Mola, ao se sentirem ameaçados pela possibilidade de reescravidão, adentravam matas, rios e igarapés sempre na direção do interior da floresta, buscando lugares com relativo isolamento e de difícil acesso. Dessa maneira, o Velho Ventura chegou até o lugar que mais tarde seria denominado de Araquembaua e lá ajudou a constituir a comunidade.

A narrativa de dona Celeste indica que os escravos fugidos apropriaram-se de conhecimentos acerca dos cursos d'água e dos recursos da mata para garantir fugas estratégicas quando necessário, de tal forma, iam povoando o interior amazônico, ocupando as margens dos rios, construindo um modo de vida ligado ao rio e a floresta e configurando novos arranjos espaciais. Dona Celeste ainda rememora que, com o tempo, segundo seu bisavô, os indígenas foram desaparecendo do lugar, como se tivessem desistido de ficar ou procurado novos territórios para viver. Foi assim que ele e sua mulher puderam estabelecer moradia definitiva.

A partir daí, a composição demográfica de Araquembaua se deu da seguinte maneira:

Os primeiros moradores de Araquembaua vinham de localidades próximas ou de municípios vizinhos como Cametá e Mocajuba. A ausência de impedimentos legais representou um atrativo para a ocupação, mas o lugar muito alto e de acesso restrito não permitiu um povoamento muito denso. A comunidade cresceu através da união entre parentes e a inserção de estranhos se deu, principalmente, a partir dos casamentos (LOPES, 2017, p. 38).

Os casamentos entre parentes fortaleciam as redes de solidariedade e ajudavam a consolidar as ações coletivas necessárias a reprodução do grupo. Ocorriam muito precocemente no passado. As mulheres mais velhas relatam que com 13 ou 14 anos as jovens já se preparam para o casamento. Muitas se tornavam chefes de família bem cedo e não era incomum a união entre uma jovem e um homem mais velho, em geral viúvo, primo de segundo grau. Os casamentos configuravam importantes acontecimentos dentro das dinâmicas internas do lugar.

A intensa religiosidade também é uma marca da trajetória comunitária. A Igreja Católica construiu uma forte representatividade e consolidou a tradição da festa da Santíssima Trindade dos Inocentes, padroeira de Araquembaua. Era de responsabilidade da igreja a função de evangelizar para a fé cristã, assim como esteve em suas mãos a organização política e social da comunidade em torno da luta pela terra.

Nas práticas conduzidas pela igreja vislumbravam-se elementos de uma territorialidade capaz de aglutinar a tradição cristã e os elementos culturais da cultura negra

presentes no cotidiano do lugar. Assim, além das festas religiosas, havia “[...] a formação dos Cordões, denominados de Boi-Bumbá, o samba de cacete, o bloco de carnaval de rua (Bloco do Pretinho), a quadrilha junina e a companhia” (LOPES, 2017, p. 39).

As práticas de benzimento e pajelança, contudo, se constituíram bem antes da consolidação da tradição católica e coexistiram com ela. Os homens organizavam as rezas e bênçãos e as mulheres eram responsáveis pelo manejo das ervas. Essas práticas configuravam estratégias culturais para curar as doenças do corpo e as mazelas espirituais. A existência de terreiros de umbanda no território demonstrava a variedade de crenças que conviviam entre os moradores, aos poucos, porém, esses terreiros foram desaparecendo dada a influência e alargamento da fé cristã, mas a procura por benzedeiros e curandeiras permaneceu como prática cultural. De acordo com Mendes e Cavas (2018, p. 3):

As benzedoiras e os benzedeiros são cuidadores dos males físicos e espirituais dos moradores das comunidades quilombolas e, diariamente, são convocados para resolver de briga de casais às bênçãos aos animais, além de cuidarem de doenças que, no geral, se encontram fora do escopo de tratamento pela medicina dogmatizada. Da identificação das moléstias ao tratamento com rezas, chás, banhos e unguentos preparados com as ervas colhidas especificamente, para cada caso, nos quintais de suas casas, utilizam-se de seus saberes tradicionais repassados pela oralidade através de gerações

A medicina local representou por tempos uma alternativa viável diante de um cenário marcado pela ausência dos objetos destinados ao cuidado com a saúde pública. Em Araquembaua, a chegada de postos de saúde e seu efetivo funcionamento, é relativamente recente. Essas práticas também portam aspectos pedagógicos, visto que, os saberes dos pajés, das benzedoiras, curandeiras e parteiras são repassados oralmente aos sucessores e dão conta de guardar a memória e a trajetória de conhecimentos longínquos.

As práticas coletivas de lazer e religiosidade revelam, também, uma função educativa, pois na ausência da escola, são os ensinamentos em torno da fogueira, nas rodas de batuque, nos mutirões para a realização das atividades produtivas ou construção das novas casas que assumem o papel pedagógico. Mas sempre houve luta pela educação formal. Como não havia prédio próprio para o funcionamento de uma escola as aulas eram dadas em casas particulares, em uma modalidade conhecida como Escola Isolada. A formação avançava até o terceiro ano primário e as professoras eram moradoras da comunidade. Mulheres que tinham tido oportunidade de estudar um pouco mais, às vezes até o quarto ano, e que, se dedicavam a partilhar seus conhecimentos com as novas gerações.

Predominava a unidade entre terra, trabalho e família. A renda era proveniente predominantemente da pesca e do trabalho com a terra. A integração com a cidade se dava

apenas para fins de trocas comerciais eventuais que visavam tão somente a reprodução do grupo. Para Diegues e Arruda (2001), essas características demonstram a existência de um modo de vida tradicional associado a modos de produção pré-capitalistas.

Os relatos de moradores indicam que as famílias ficavam responsáveis por tratar partes da terra. Havia uma divisão do terreno em roças para a colheita, essa divisão considerava a capacidade de cada família para realizar o trabalho. De acordo com Domingos Anchieta de Paula Lopes:

Em Araquembaua não havia estabelecimentos rurais, apenas plantações e criações de quintais. A roça era feita no centrinho ou no laguinho entre o Cupu e Araquembaua. As famílias trabalhavam coletivamente e o trabalho de preparação da terra era feito anualmente, geralmente de 1 a 2 hectares de cada roça equivalente a mais ou menos 60 braças. Primeiro era feita a roçagem, a derrubada e a queimada, depois os tocos eram retirados e a terra era preparada para o plantio. Mas sempre ficava uma parte de terra descansando. Agente plantava pra comer e pra trocar por roupa, remédios, sapatos, carne. A pesca era só pra consumo local. Aos poucos, no entanto, as pessoas foram desistindo da roça. Era muito longe, os mais velhos foram morrendo, os jovens saíram pra trabalhar nas cidades e o jeito foi plantar nos quintais. Nessa época, Araquembaua só tinha casas na primeira rua, da segunda rua em diante já era roça. A gente plantava muita mandioca pra fazer farinha por isso tinha casa de farinha no centrinho, mas foi preciso fazer mais três casas nos quintais (Trabalho de Campo - Entrevista realizada no dia 25.10.2015).

Na realização do trabalho o papel de cada pessoa dentro da unidade familiar é fundamental para a garantia da reprodução do grupo. No passado, as famílias eram muito numerosas, portanto, homens, mulheres, jovens, crianças e velhos estavam envolvidos na dinâmica do trabalho, não fosse assim, não garantiriam a sobrevivência da família. A pesca, por exemplo, era em geral conduzida por homens, já o extrativismo e a agricultura eram realizados por homens e mulheres em conjunto. A colheita das flores era feita preferencialmente por mulheres. Em quase todas as atividades, contudo, os jovens, crianças e velhos podiam participar, desde que se respeitassem os limites do corpo, da idade e das condições físicas. Mas eram os homens e mulheres adultos os condutores das atividades.

Esse ritmo e forma de trabalho foram alterados pela chegada dos grandes projetos ao município de Baião. As políticas desenvolvimentistas destinadas ao Baixo Tocantins atingiram de maneira contundente a Vila de Araquembaua. O primeiro impacto foi sentido pela ocasião da construção da Hidrelétrica de Tucuruí (1974-1984). Os moradores relatam a percepção de diversas alterações ambientais e denunciam os danos provocados no processo produtivo. No relato do morador Luis Dias da Silva (o Botija), presidente da Associação de Pequenos Pescadores e Agricultores de Araquembaua e Itaperuçu (APPAAT):

Dezessete espécies de peixe desapareceram com a barragem, mas essa não foi a única causa. A utilização de técnicas predatórias de pesca por parte de pescadores de outras localidades vindos até de municípios vizinhos, também, impactados pela hidrelétrica, a presença de barcos de empresas de pesca com a autorização do município, tudo colaborou para a redução do pescado. Atualmente o número de peixes é tão pequeno que obriga os pescadores locais a usarem a flexa, uma técnica que exige que o pescador nade até o fundo do rio para conseguir pescar. A técnica é perigosa, não é incentivada pela associação, mas não foi abandonada pelos pescadores, não sendo raros os acidentes derivados dela. (Trabalho de Campo - Entrevista realizada em 10.09.2016).

A literatura científica que analisa os impactos da hidrelétrica no Baixo Tocantins, em concordância com as experiências dos moradores, indica a alteração do hidrossistema, a perda da cobertura vegetal, o avanço das madeireiras, o avanço das frentes agrícolas, a redução do pescado, o adensamento da pesca predatória e a formação de novos núcleos urbanos em função do reassentamento da população deslocada após o represamento do rio (MANYARI, 2007).

Impacto não menos duro foi causado pela introdução das madeireiras no município. Além da retirada significativa de parte da cobertura vegetal da região o que alterou o clima e produziu mudanças no comportamento da caça, prática utilizada pelas comunidades rurais para a garantia da alimentação, os empreendimentos madeireiros interferiram diretamente na dinâmica dos lugares, pois cercearam o acesso aos rios e florestas utilizados tradicionalmente por algumas comunidades o que provocou intenso conflito entre moradores rurais e empresas madeireiras.

Segundo os moradores de Araquembaua, as madeireiras ainda não se instalaram na comunidade, mas já deram mostras de seu interesse. No entanto, a experiência negativa entre madeireiras e moradores ocorrida em Igarapé Preto, comunidade vizinha, fez com que a maioria dos moradores rejeitasse a possibilidade de atuação de madeireiras na área.

Além desses, outros projetos como a agricultura da pimenta do reino ou, mais recentemente, a chegada da dendeicultura em Baião transformaram-se, no plano discursivo, em vetores de desenvolvimento, atraindo trabalhadores locais e produzindo um esvaziamento do lugar e da produção, reedição do que ocorreu com o encantamento provocado pela instalação da hidrelétrica e das madeireiras. Esse processo configura novas formas de apropriação da terra ocupada ancestralmente pelos povos rurais da Amazônia e usa como estratégia ideológica a repetição do mantra do desenvolvimento rural e da geração de emprego e renda. Nesse sentido, Nahum e Santos (2014, p. 2) alertam para o fato de que:

A reprodução do capital no espaço agrário amazônico, por meio do monopólio do uso da terra, é voraz e demanda grandes áreas. Isso porque, a ampliação e apropriação da renda da terra pelo capital, ainda que auxiliada pela revolução técnica-científica-informacional balizadora de uma agricultura de precisão genética e edafoclimática, é incapaz de subverter o ritmo e movimento da vida, da natureza. O tempo natural flui entre o semear, o germinar e o colher; movimenta-se entre a coleta de sêmen, a inseminação, a gravidez, a gestação e o nascimento. E como para o capital tempo é dinheiro, busca-se apropriar de terra útil e utilizável até que dela não precise mais. Portanto, é instrumental a relação que, em seu processo de reprodução, o capital estabelece com a terra, ela é tão somente um meio de produção e força produtiva, valor de troca.

A terra transformada em mercadoria parece estranha ao morador local, desavisado das novidades e despreparado para enfrentar as mudanças anunciadas pelo ritmo global. A comunidade esvazia-se, alterando forma e conteúdo. No lugar, permanecem as mulheres, responsáveis pela condução dos projetos locais e pela articulação das resistências. Assim, em meio às novas arenas políticas que se configuram no universo rural do Baixo Tocantins (e da Amazônia) percebe-se o despontar de um movimento de adensamento gradativo de politização das culturas, de revalorização das memórias coletivas, do reconhecimento das diferenças étnicas, culturais, religiosas, políticas e econômicas, conforme indica Cruz (2014).

Dessa forma, no resgate da memória oral da comunidade, aos poucos, as mulheres vão emergindo no cenário político. Estão presentes na organização do mundo do trabalho, são as principais condutoras dos processos pedagógicos, as referências ancestrais de práticas de medicina local e religiosidade, são as principais guardiãs dos saberes culturais do povo de Araquembaua.

#### **4 O SEGREDO DAS MULHERES**

Em 2006 ocorreu no Quilombo do Umarizal, município de Baião, o IV Encontro de Mulheres Negras Quilombolas do Pará. Este e os anteriores que aconteceram em Salvaterra (PA) constituíram espaços de fortalecimento da cidadania das mulheres que vivem nas comunidades quilombolas e ajudaram a intensificar as articulações entre os grupos de mulheres de diversas comunidades quilombolas dos municípios paraenses. Para as mulheres de Araquembaua este encontro foi um divisor de águas.

Desde o ano de 1999 a comunidade vinha refletindo sobre sua condição étnica e territorial. Estimulados pela visita de um quilombola de Oriximiná (PA) chamado Daniel e pelo Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA) vinham sendo provocados a revisitar suas origens históricas, a participar dos encontros de comunidades quilombolas e a

construir processos de resistência socioterritorial para barrar o avanço do Grande Capital sobre as terras rurais de Baião.

Entre as perspectivas apresentadas despontava a possibilidade de benefícios previstos em lei às comunidades que se auto-identificassem como quilombolas. O direito social garantido aos afrodescendentes tornou-se um atrativo para os moradores, muito embora, o debate sobre o domínio territorial coletivo gerasse dúvidas, inquietações e resistências. A titulação quilombola ocorrida em 2002 representou uma conquista, mas não esteve isenta de conflitos, nem foi decisão homogênea entre o grupo.

Contudo, a titulação da terra quilombola materializou apenas um dos primeiros passos a dar no sentido de afirmar a seguridade territorial que não implica somente na posse da terra, mas, sobretudo, na garantia de seus usos. Outras ações deveriam se somar a esta. A articulação política das mulheres em torno das reuniões realizadas com comunidades quilombolas vizinhas e dos encontros de povos quilombolas em Baião e em outros municípios adensou o debate interno e cooperou para o processo de revisitação a identidade étnica quilombola.

É necessário recordar que até a chegada dos Grandes Empreendimentos e do adensamento da ameaça da posse sobre o uso da terra, predominava na memória da comunidade apenas o mito de origem onde um casal de indígenas, *Araquem* e *Bauá*, surgiam como formadores do povoado. A existência desse imaginário atado a um passado exclusivamente indígena era tão forte que o nome escolhido pela comunidade para o povoado homenageava os dois. A ascendência quilombola era ignorada, foi negada ou estava invisibilizada. O esforço posterior a titulação deveria ser o de aprender a ser, a de ressignificar os aprendizados e o de conhecer as lógicas que levaram ao apagamento da memória.

Habitadas a educar, foram as mulheres as principais agentes de reprodução dos novos conhecimentos. No passado, eram elas as professoras. Na memória dos mais velhos surgem nomes como o da professora Altamira Rocha, conhecida como Miroca que trabalhou entre os anos de 1930 a 1941, da professora Lucimar Lemos, que passou a atuar no ano de 1942, da professora Chiquinha das Neves, Maria Bonifácia, Terezinha, Nonata, Neuzarina, Teonila, Izabel Rocha, entre outras. As memórias são confusas e nem sempre coincidentes, porém, elas dão pistas de um passado comum entre as mulheres de Araquembaua, responsáveis que eram pelo processo de educar, de guardar a memória e reproduzir a história. Nesse sentido, Pinto (2009, p. 10) no recorda que:

Desde a formação dos antigos quilombos na região do Tocantins, parteiras, curandeiras ou “experientes” e benzedeadas vêm desempenhando múltiplos papéis, como chefes de família, organizadoras e condutoras de rituais religiosos, além de líderes fundadoras de povoados.

No caso de Araquembaua, em particular, as professoras, também, emergem na memória oral dos mais antigos, vistas como mulheres sábias, que nutriam a capacidade de educar e formar os jovens para a vida. São pessoas especiais, donas de um engenho que as torna diferenciadas no lugar e que a comunidade guarda simbolicamente como referências para as gerações futuras. A profissão permanece sendo importante e inspira as gerações mais recentes, como é o caso da senhora Francilene Cabral, professora recém-formada pela Universidade Federal do Pará (UFPA), que foi contemplada pelo Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR), conquistando a oportunidade de formação adequada e aperfeiçoamento de sua profissão (ver Imagem 1)

**Imagem 1** – Formatura da professora Francilene Cabral (Baião – PA)



**Fonte** - Hugo Cabral, UFPA/Campus Cametá, 2018.

Mas as benzedeadas, as curandeiras, as parteiras não ocupam lugar menos importante. Em entrevista com o senhor Domingos Anchieta de Paula Lopes, filho da terra ele rememora:

As mulheres sempre foram muito importantes em Araquembaua, cuidavam de quase tudo. Quando uma criança tinha quebranto ou mal olhado bastava procurar uma benzedeadora ou curandeira pras coisas melhorarem. As benzedeadas de Araquembaua eram a Tia Coló, Tia Nazaré, Dona Joaquina, Dona Arita. Bastava uma benzeção pra quem tivesse doente melhorar, elas faziam chás, remédios com as ervas do lugar, eram nossas médicas. Quando uma mulher engravidava, elas cuidavam desde o início da gestação. Ajeitavam o bebê na barriga, colocavam no lugar quando a grávida sentia dores, davam remédios caseiros pra evitar doenças e ainda faziam os partos. Dona Joana Benício foi uma de nossas maiores parteiras, mas tia Coló e dona

Arita, também fizeram muita criança nascer. As mulheres trabalhavam na roça como os homens e ainda cuidavam de casa e das crianças. Só não caçavam, nem pescavam. Hoje em dia já tem quem arrisque pescar. As crianças, jovens e velhos também trabalhavam, mas cada um segundo a sua condição. Até hoje é assim, cada pessoa da família tem sua função na vida cotidiana. (Entrevista realizada em 27.11.2018).

Na fala do senhor Domingos, percebe-se que o trabalho era conduzido prioritariamente pela unidade familiar, mas havia uma divisão sexual e etária. A inclusão de jovens e crianças nas atividades laborais atendia a uma perspectiva pedagógica de reprodução das práticas de sobrevivência. A lógica predominante, segundo ele, era a da conservação do meio ambiente e da diversificação de atividades na lavoura para garantir a fertilidade do solo. Não havia interesse de acumulação, a relação com o mercado da sede ou de municípios vizinhos, era mediada pelas trocas por produtos e objetos necessários ao grupo.

Ele, ainda rememora que as mulheres foram as principais condutoras da colheita de flores, atividade que despontou no território a partir da década de 1990 estimulada pela chegada de representantes do Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia, POEMA/UFPA no território. A flor do campo nascia no meio da mata virgem e o tratamento demandava alguns cuidados. Na época da colheita, as famílias se mudavam para as proximidades do campo de flores para facilitar o trabalho. A coleta de flores, contudo, teve vida curta.

De acordo com a senhora Luiza de Marilaque Rodrigues Cabral, a coleta e tratamento das flores foi um trabalho bastante dinâmico e se tornou uma fonte de renda considerável, porém, após a retirada do POEMA, a comunidade não conseguiu prosseguir, pois não se sentia preparada para conduzir o negócio. Aos poucos o lugar de onde se retiravam as flores foi abandonado e parte dele vem se transformando em piçarra, a piçarra é retirada pela prefeitura do município e por alguns moradores.

Luiza de Marilaque foi coletora de flores, atualmente mantém em seu quintal uma variedade considerável de árvores frutíferas e cria pequenos animais. A produção é destinada ao auto-consumo e a pequena venda. É casada, mãe de quatro filhos, todos adultos e, também, casados, moradores do lugar (ver imagem 2). É chefe de família, pois o companheiro tem a saúde frágil.

**Imagem 2** – Senhora Luiza de Marilaque, antiga coletora de flores, e sua família.



Fonte - Trabalho de Campo, 2018.

O quadro 1, exibe as formas tradicionais e contemporâneas de desenvolvimento do trabalho em Araquembaua, considerando a divisão sexual e etária do grupo.

**Quadro 1** – Formas de Desenvolvimento do Trabalho em Araquembaua

Atividades	Características	Divisão sexual do trabalho	Divisão etária do trabalho
Pesca	Conduzida pela unidade familiar. Pesca artesanal, uso pouco intensivo de redes; voltada para o consumo interno e pequeno comércio.	Realizada preferencialmente por homens.	Chefes de família e adolescentes podiam se inserir na atividade.
Extratativismo	Conduzido pela unidade familiar. Voltado principalmente para o consumo interno; produz pequeno impacto ambiental. Principais produtos: açaí, castanha do Pará, lenha e o látex coagulado, produto utilizado para troca comercial.	Realizado por homens e mulheres.	A divisão de tarefas é feita considerando a condição de cada um dos membros da família. Todos podem participar desde que estejam aptos.
Agricultura	Conduzida pela unidade familiar; voltada para o consumo interno e o pequeno comércio com localidades próximas; não existiam estabelecimentos rurais apenas plantações; trabalho anual restrito a 1 ou 2 hectares em cada roça; desenvolvimento de culturas temporárias como o arroz, o milho e a mandioca.	Homens e mulheres	Os homens preparavam a terra (broca, derrubada, queimada, coivara); as mulheres tratavam as culturas. A partir do trabalho coletivo da comunidade as roças eram tratadas uma de cada vez; os idosos e os filhos mais velhos ficavam responsáveis pelas tarefas domésticas e trato com os mais novos durante esses períodos.

Caça	Conduzida pela unidade familiar. Voltada principalmente para o consumo interno; produz pequeno impacto ambiental. As espécies caçadas eram a paca, cotia, porco do mato (catitu), veado (branco e vermelho), preguiça, macaco, arara, pomba do mato (silvestre), entre outras.	Realizada preferencialmente por homens.	Chefes de família e adolescentes podiam se inserir na atividade, mas na condição de aprendizes.
Colheita de flores	Conduzida pela associação de moradores; voltada para o mercado externo.	Era realizada preferencialmente por mulheres.	Adultas e jovens participavam da atividade.
Serviço Público (Agentes de postos de saúde, professores, técnicos da escola, servidores)	As mediações são dadas pela relação com o poder público municipal, predominam contratos ao invés de concursos.	Os cargos são assumidos quase na totalidade por mulheres, mas alguns homens também exercem funções públicas	Adultos.
Serviço Privado (condução dos barcos, lojas, padarias, bares, mercadinhos, agricultura de quintais)	Conduzido pela iniciativa privada. São atividades complementares à agricultura e pesca.	A maior parte dos pequenos empreendimentos é de responsabilidade de homens e mulheres.	A família participa integralmente dessas atividades. O negócio é familiar e cada um desempenha uma atividade.

Fonte - Trabalho de Campo – 2015 a 2018.

O trabalho de campo revelou que o desenvolvimento do trabalho tem relação direta com os usos que são dados ao território. Pesca, extrativismo, agricultura, caça e colheita de flores são atividades que nunca foram abandonadas, mas que ganharam outros formatos em função das mudanças sociais e ambientais produzidas pelos impactos causados a partir dos Grandes Projetos. A inserção no quadro do serviço público e privado revela uma nova dinâmica no cotidiano do lugar e exhibe outra racionalidade mediada por interesses e arranjos diferentes de usos do território. Em todos, contudo, percebe-se o grau de envolvimento das mulheres, a exceção da pesca e caça, elas atuam em todas as atividades produtivas, sendo que em algumas, são as principais delineadoras do trabalho.

Assim, a sinergia feminina na comunidade garantiu a reprodução da família, das heranças culturais, das articulações entre o povoado e o entorno, agência fundamental no passado e que na atualidade ganha novos contornos. A relação com a terra é umbilical. Dela se extrai a vida, a cura, a fruta, a pesca, a caça. E é por ela que se luta, pelo direito ao domínio, pelo direito ao uso coletivo e preservação de uma sociedade fraterna. A mulher araquembauense lutou no passado e permanece lutando nos dias atuais.

No cenário contemporâneo as demandas são vastas. Em entrevista com a moradora Luize de Marilaque, ela recorda que:

Até pouco tempo a representante da comunidade na ARQIB era a dona Joana. Com o fim da gestão dela não conseguimos eleger outra pessoa o que tem implicado em muitas perdas para todos. Atualmente ela está trabalhando no Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Sede. Mas, as mulheres ainda são as maiores lideranças da gente. Na igreja católica, a maior parte das líderes é formada por mulheres, a escola é dirigida por uma mulher, no posto de saúde só trabalham mulheres, muitas moradoras são donas de pequenos negócios como mercadinhos, padarias, lojas de confecções. Varias mulheres daqui conseguiram se formar ou pelo Parfor ou pela cota quilombola e ainda temos mulheres que em seus quintais tem criações, hortas, frutas e vendem pra comunidade, como é o caso da Dona Celeste (Entrevista realizada no dia 28.11.2018).

A fala da moradora confirma o protagonismo feminino e revela, ainda, um aspecto que a interpretação do mundo do trabalho não deu conta de tratar, a agência política das mulheres. Dona Luize informa que por ocasião da luta pela titulação quilombola as mulheres foram incansáveis no processo de mobilização interna, atuando a partir dos mecanismos dados pela igreja, incitando a cooperação de comunidades vizinhas, organizando as reuniões, as pautas e, sobretudo, participando dos encontros de mulheres quilombolas.

A moradora ressalta o fato de que esse processo não foi simples para elas, uma vez que, uma das lutas enfrentadas é interna, pois, em geral, embora a comunidade reconheça a importância da mulher, inclusive na atividade produtiva, suas funções estão associadas a papéis considerados femininos. Ensinar, cuidar da saúde, cuidar dos quintais são práticas desenvolvidas por mulheres do lugar de forma ancestral, porém, a militância política, fora do âmbito da igreja, sempre foi negada ou esteve invisibilizada. O que nos recorda as reflexões de Guedes e Salgado (2017, p. 2) ao afirmarem que:

Ao longo da história social no Brasil, tem-se observado resistência em reconhecer a luta e a participação de mulheres negras, em diversos setores da sociedade, em especial quando se trata de mulheres do campo, visto que nas sociedades camponesas o processo produtivo está relacionado ao universo masculino. No entanto, a realidade campesina, a participação feminina manifesta forte expressão no que tange o trabalho cooperativo, no protagonismo das lutas cotidianas, nas atividades produtivas e nos trabalhos domésticos.

A negação da agência política feminina, a intenção de mantê-la em segredo, denuncia um processo de disputas que envolve o vivido e o subjetivo transitando entre a continuidade e descontinuidade e abarcando novas expressões simbólicas e materiais que estão em constante movimento. Convivem, assim, territorialidades comuns, sobrepostas ou díspares. As mulheres quilombolas da atualidade vivenciam situações de modos diferentes de acordo com a posição que ocupam, ainda assim sobre elas são impostos valores de subalternização e silenciamento (SILVA; MENEZES, 2015).

A explicação para a persistência e resistência das mulheres quilombolas de Araquembaua está entre os tantos segredos que mantém. São os segredos, materializados nas

práticas de cura, de benzimento, de rezas, de educação, do trabalho cotidiano, entre outros, que fazem delas sujeitos tão importantes, do ponto de vista histórico, para a comunidade. Segredos que uma passa para a outra estreitando os vínculos de solidariedade e fraternidade, garantindo a perpetuação da vida e o direito ao território.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Falar das mulheres quilombolas é algo que tem sido cada vez mais necessário no campo político, social, cultural e intelectual da sociedade brasileira. São elas, que a sua maneira, envoltas em seus segredos e tramas e donas de um protagonismo incontestado, tem conseguido assegurar o recorte de gênero, raça e etnia dentro das políticas públicas que pensam a perspectiva da igualdade racial e de gênero no campo.

A luta anti-racista é também a luta anti-sexista, uma vez que, embora as mulheres assumam lideranças, sejam portadoras de conhecimentos fundamentais para a reprodução do grupo, dividam ou assumam as tarefas produtivas, eduquem as novas gerações, entre outras ações vitais dentro das comunidades quilombolas, permanecem invisibilizadas.

É na luta coletiva que essas mulheres compreendem suas dinâmicas internas, ressignificam suas práticas e juntamente com os seus pares, partilham projetos de construção de uma sociedade mais digna, mais justa. Em Araquembaua, as mulheres têm sido, ao longo do tempo, referências de protagonismo e atuação sócio-cultural, mas ainda há muito a construir.

Suas lutas não se encerram na trama cotidiana, elas extrapolam o lugar e se inserem no mundo. São lutas no sentido de reconhecimento identitário, de reconhecimento de gênero, de justiça social e por garantias de políticas públicas que não as desconsiderem nem as invisibilizem perpetuamente. Outras investigações precisam ser feitas para ampliar o leque de debates que a temática incita. As mulheres de Araquembaua e seus segredos merecem revisitações e justiça histórica.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 1988.
- CRUZ, Walter do Carmo. Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia. In: SILVA, O.A.; SANTOS, E. M. C.; NETO, A.S. C. (org). **Identidade, Território e Resistência**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- D'OLIVEIRA, Mariane Camargo; TAVARES, Carla Rosane da Silva. A invisibilidade das mulheres nas relações sociais: mitificação dos gêneros. In: XVI Seminário de Ensino, pesquisa e extensão, 2011. **Anais [...]**. Cruz Alta: Universidade do Desenvolvimento Regional, 2011, p. 1-4.
- DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo, Sérgio Vieira. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: USP, 2001.
- FERREIRA, Eliana. As mulheres na Cabanagem: presença feminina no Pará insurreto. In: XXII Simpósio Nacional de História, 2003, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa, 2003, p. 1-8.
- FERREIRA, Eliana. **Em tempo cabanal: cidade e mulheres no Pará Imperial – primeira metade do século XIX**. 1999. Dissertação ( Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.
- GUEDES, Ana Célia Barbosa; SALGADO, Mayany Soares. Mulheres quilombolas: breves considerações sobre gênero, raça e geração no quilombo de Santa Rita da Barreira. In: XI Encontro Regional Nordeste de História Oral, 2017, Fortaleza - CE. **Anais [...]**, Ceará, 2017. p. 1-15.
- LINHARES, Anna Maria Alves. O “8 de março”: reflexões sobre intolerância de gênero. **Palestra proferida na Procuradoria Geral do Estado do Pará em 10/03/2017**. Belém-PA, 2017.
- LOPES, Carla Joelma de Oliveira. **O território quilombola de Araquembaua, Baião – PA**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, 2017.
- MAGALHÃES, Sonia Barbosa et al. Transformações Sociais e Territoriais no Ambiente Rural da Amazônia Oriental. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 6., 2012, Belém. **Anais eletrônicos [...]**. Belém-PA: ANPPAS, 2012. p. 1-20. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT2-772-1156-20120630113752.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.
- MANYARI, Waleska Valença. **Impactos Ambientais a Jusante de Hidrelétricas: o caso de Tucuruí, PA**. Tese (Doutorado em Engenharia) – Programa de Pós-graduação de Engenharia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2007.
- MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Trabalho Escravo e Trabalho Feminino no Pará. **Cadernos CFCH**, Belém, n. 12, p. 53-84, abril/ junh. 1987.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; CASTRO, Edna. Mobilização política de comunidades negras rurais: domínio de um conhecimento praxiológico. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v 2. n 2. p. 73-106, dez., 1999.

MENDES, Dulce Santoro; CAVAS, Cláudio São Thiago. Benzedeiras e benzedeiros – construindo identidades culturais. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 19, n. 1, p. 3-14, jan./mar. 2018

NAHUM, João Santos. **Formação territorial e rural da Amazônia**. Belém: Grupo de Pesquisas Dinâmicas Territoriais do Espaço Rural na Amazônia – GDEA/UFPA, 2017. (Projeto de Pesquisa).

NAHUM, João Santos; BASTOS DOS SANTOS, Cleilson. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 9, n 17, p. 469-485. 2014

NUNES, Francivaldo Alves. Domingos Soares Ferreira Penna e os indicativos de uma moderna plantação no vale do Tocantins oitocentista: o rio, o agente público, a natureza e as populações. In: NUNES, F. A. (org). **Nas margens do Tocantins: história, memória e ambiente amazônico**. Rio de Janeiro:Multifoco, 2018.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Escravidão, Fuga e a memória de Quilombos na Região do Tocantins – Pará. **Revista Projeto História, História e Oralidade - PUC/São Paulo**, n. 22 , p. 333-342, jun. 2001.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Nas Veredas da Sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos**. Belém do Pará: Editora PAKA TATU, 2004.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Historiografia, resistência negra e formação dos quilombos na Amazônia Tocantina. In: FELDMAN, A.; BERLESI, J.; NUNES, F. A. **Historiografia: novos debates, novas perspectivas**. Cametá :UFPA, 2015.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Quilombos, memória, resistências e territorialidades no Norte da Amazônia. In: XXV Encontro Nacional de História – ANPUH, Fortaleza – Ceará. **Anais [...]**. Ceará, 2009. p.1-15.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Vivências cotidianas de parteiras e ‘experientes’ do Tocantins. **Estudos Feministas**. São Paulo, ano 10, p. 441-448, agos. 2002.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro. GP, 1971.

SANTOS, Giselle Cristina dos Anjos. Os estudos feministas e o racismo epistêmico. **Gênero**. Niterói. v. 16. n. 2, p.7-32, jan. 2016.

SENNA, Daniela de Oliveira. **Onde está Tereza?** a “presença” da mulher negra no livro didático. 2018. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História) - Faculdade de História, Pós-Graduação em Ensino de História, Campus Universitário de Ananindeua, Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2018. Disponível em: <http://bdm.ufpa.br/jspui/handle/prefix/670>. Acesso em: 10 nov.2018.

SILVA, Roseane Amorim da; MENEZES, Jaileila de Araújo. **Ser mulher nas comunidades quilombolas**: vivências relacionadas à família e ao trabalho. Disponível em: [www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/ComunicaçãoRoseaneAmorim.pdf](http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/ComunicaçãoRoseaneAmorim.pdf). Acesso em: 12 nov. 2018.

TABAK, Fani. **Autoritarismo e Participação Política da Mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TEDESCHI, L. Antônio. O fazer histórico e a invisibilidade da mulher. **OPSIS**, v. 7, n. 9, p. 329-339, jul/dez. 2007.